



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Em busca de um consenso – A revista Tecnologia & Defesa como expressão de uma Política Nacional de Defesa

João Vicente Nascimento Lins

Como citar: LINS, J. V. N. Em busca de um consenso – A revista Tecnologia & Defesa como expressão de uma Política Nacional de Defesa. *In*: DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 227-240.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p227-240>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

EM BUSCA DE UM CONSENSO – A REVISTA TECNOLOGIA & DEFESA COMO EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.

João Vicente Nascimento Lins

INTRODUÇÃO

A criação de um Ministério da Defesa com comando civil é uma demanda antiga da sociedade brasileira. A despeito de algumas tentativas históricas¹, somente em 1999, no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é que a pasta é criada. Há nessa ideia de um Ministro civil, comandando os militares, a concepção de que uma ameaça de golpe militar desapareça do horizonte histórico do país. Sua criação igualmente, advém de uma necessidade política em aplicar as reformas estruturais de cunho neoliberal, principalmente no que diz respeito à reconfiguração do papel do Estado na economia.

¹ A rigor, houve tentativas de se criar o Ministério em outros períodos da história brasileira, e a Constituição de 1946 citava a criação de um Ministério da Defesa, o que acabou se concretizando na instituição do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em 1967, o então presidente Marechal Castelo Branco assinou um decreto, no qual pedia estudos para embasar a criação de um Ministério das Forças Armadas. O assunto é retomado então nos debates da Constituinte entre 1986-1988, sem, no entanto, haver um consenso, já que havia o temor de que a perda de prestígio dos militares fosse visto por eles como um possível fator para um novo golpe de Estado.

Todavia a pasta da Defesa demorou a se consolidar. No período que engloba sua criação, em 1999, até o episódio chamado de “caos aéreo” em 2007, houve uma sucessão de ministros civis, que entraram em atritos com os comandos militares.

Para comandar o setor, nos anos iniciais, Fernando Henrique Cardoso escolheu nomes como o de Elcio Alvares e Geraldo Magela Quintão. Ambos não possuíam experiência, e suas gestões ficaram marcadas por embates com os comandantes militares e reclamações sobre o congelamento de salários, confluindo para não concretizarem-se políticas específicas da área. Situação diferente ocorre com Luiz Inácio Lula da Silva, que quando assume a presidência em 2003, indica José Viegas Filho, um diplomata de carreira, embora sem experiência na área. Seu objetivo com a indicação era que o ministro firmasse um diálogo constante do MD com outros ministérios, visando sua consolidação e o reaparelhamento das forças armadas, capitaneado por uma revitalização da indústria de defesa. A primeira ação de Viegas é convocar um ciclo de debates para discutir a defesa e a segurança do país. Foram chamados militares, políticos, pesquisadores, jornalistas e empresários do setor. O resultado foi compilado em uma coleção intitulada “Pensamento brasileiro em defesa e segurança”, cujo objetivo era propiciar discussões que dessem substrato para a elaboração da *Estratégia Nacional de Defesa* (END). No entanto, a queda de Viegas no ano seguinte ao seminário, em 2004, dificultou a elaboração do documento final. (ZAVERRUCHA, 2005, p.109-111).

No seu lugar assume o Vice-Presidente José Alencar, uma indicação que trazia prestígio ao meio militar, afinal é o Vice-Presidente em pessoa o responsável por dirigir as Forças Armadas. Apesar dele também não possuir experiência no assunto, a insubordinação e os atritos diminuíram durante sua passagem no órgão. Outro feito de sua administração foi publicar a *Política Nacional de Defesa* (PND), um documento que pontua a imagem que o país possui em escala regional, hemisférica e global no que diz respeito à segurança e defesa. O documento foi dividido em sete pontos, sendo que dentre eles encontra-se:

6. OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA

[...]VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais. (2005, p. 6).

Em 2006, José Alencar deixa o comando do ministério para concorrer a eleição novamente ao lado de Lula. Em seu lugar, assume Waldir Pires. Sua gestão foi marcada por problemas no setor da aviação civil, o maior deles é o episódio apelidado pela imprensa de “caos aéreo”, que contribuiu para a sua queda, logo em seguida. Em seu lugar entrou Nelson Jobim, que estabelece um diálogo profícuo com os militares, permanecendo no cargo no governo de Dilma Roussef, sucessora de Lula. Durante sua administração serão publicados a *Estratégia Nacional de Defesa* (END), e o *Livro Branco*, que junto da *Política Nacional de Defesa* constituem o pilar das ações do país para sua defesa e segurança.

A *Estratégia Nacional de Defesa* se organiza em três eixos estruturantes, o segundo deles direcionado para a: “[...] reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas, apoie-se em tecnologias sob o domínio nacional” (2008, p. 10). Todos os documentos subsequentes do Ministério – no caso a *Política Nacional de Defesa* e o *Livro Branco de Defesa Nacional* – trarão como ponto principal, o rearmamento das Forças Armadas brasileiras, abastecida por uma Indústria de Defesa revitalizada.

Tal proposta foi construída através de um longo processo de luta nos bastidores, já que o objetivo em busca é o benefício econômico de um setor da burguesia nacional. Esse tipo de ação não envolveu apenas empresários da área, mas outros profissionais como jornalistas, pesquisadores, advogados, políticos, funcionários públicos e no caso específico do Ministério da Defesa, os Militares. Forma-se então um grupo

de pressão, que tem a necessidade de ampliar bases legitimadoras dessa política em outros setores da sociedade.

O MILITARISMO COMO SOLUÇÃO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Partindo-se desse princípio, chega-se a uma hipótese de que a consolidação desse ministério origina-se da afluência de dois projetos, que sustenta nessa política de defesa: primeiro, por parte dos civis, envolve transformá-lo em um órgão, à exemplo de seus pares, que age na transferência do fundo público para empresas privadas de quantias que possibilitem às empresas expandirem-se e fugir de uma das principais contradições do processo de reprodução do capital, a chamada “queda tendencial da taxa de lucros” (MARX, 2008). O segundo intento, por parte dos militares brasileiros – envolve o desenvolvimento do país e consequente elevação dele enquanto uma potência – pela criação de um polo industrial poderoso, de altíssimo nível tecnológico e com uma indústria de defesa que o acompanhe.

Essa hipótese é edificada partindo da teoria aventada por István Mészáros. Em sua obra “Para além do capital”, ele examina o capitalismo contemporâneo, levando adiante a análise feita por Karl Marx. Do século XIX para o fim do século XX, o modo de produção capitalista processou inúmeras transformações, para escapar de suas contradições inerentes (MÉSZÁROS, 2009). Nesse sentido uma das maneiras de escoar-se dos momentos de crise, como apontado por Lenin (2012), é um processo volumoso de concentração de capital, com poucas empresas dominando cadeias produtivas completas de recursos fundamentais para a sociedade. Num outro eixo, apontado historicamente por Rosa Luxemburg (1988), o capital busca no Estado e nas compras feitas por ele para sua manutenção, uma fonte constante de capital. Essas duas tendências, possibilitaram o desenvolvimento daquilo que Mészáros chamará de “complexo industrial-militar”. Este novo ente cristaliza uma nova relação mais complexa entre Estado e monopólios.

Para o filósofo húngaro, o complexo militar industrial assume tal importância no processo de reprodução do capital, que o próprio metamorfoseia-se naquilo que ele nomeará como “linha de menor resistência do capital”, que ele definirá como:

Em outras palavras, se encontrar um equivalente funcional capitalisticamente mais viável ou fácil a uma linha de ação que suas próprias determinações materiais de outro modo predicariam [...], o capital deve optar por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas. (MESZAROS, 2009, p. 680).

Ainda segundo Mészáros, “as várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão do complexo militar-industrial” (2009, p. 685). Ao seguir as regras do desenvolvimento desigual e combinado, percebe-se que não há uniformidade na emergência e criação de um complexo militar-industrial nos países capitalistas avançados; alguns como Alemanha e Japão, viveram condições econômicas especiais, em que tiveram a capacidade de rearmamento reduzidas devido aos acordos de paz do pós-guerra mundial; o que não impediu que tivessem um papel dentro desse complexo especialmente associado aos Estados Unidos. Mas para Mészáros, a grande inovação do complexo industrial militar é ocultar efetivamente a distinção vital entre consumo e destruição, solucionando assim uma contradição inerente ao valor. Essa contradição é oriunda das várias barreiras objetivas à riqueza em autoexpansão, que precisam ser superadas para o valor como uma força independente se realize de acordo com as determinações de sua natureza. (MESZAROS, 2009, p. 687). Nesse sentido, como o capital necessita sempre reproduzir-se em um volume cada vez maior, torna-se possível aos países em desenvolvimento repetirem o mesmo fenômeno, ainda que com suas especificidades. Assim, esses países podem desenvolver uma indústria bélica autóctone, mas com sérias limitações tecnológicas, para não ameaçar o domínio das nações hegemônicas em suas zonas de influência.

Deslocando a análise da reprodução desse fenômeno para o caso brasileiro, o professor da Unicamp, Renato Dagnino, estabelece um profícuo viés acerca da indústria de Defesa durante o governo Lula. Dagnino desenvolve uma crítica à postura da “Rede de Revitalização”² e

² “A essa Rede, formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, jornalistas e pesquisadores) que participam do jogo da revitalização se denomina aqui Rede da Revitalização; [...] Num contexto de governança não hierarquizada, ela participa do jogo da revitalização aproveitando-se da vigência das normas democráticas que sancionam o exercício de pressões de grupos organizados para influenciar o processo de elaboração das políticas públicas a ela atinentes” (DAGNINO, 2010, p. 35).

à linha que o governo assume na END. Para ele, toda a argumentação baseia-se na ideia de que revitalização de uma indústria de defesa local possibilitaria o desenvolvimento tecnológico do país, pois haveria um “spin off” natural do meio militar para o civil. Essa concepção remete ao imenso desenvolvimento tecnológico da indústria estadunidense após a Segunda Guerra Mundial que tem origens na produção bélica. A solução apontada por ele é que o governo investisse diretamente em C&T, buscando as inovações dentro da indústria civil.

Ao se analisar a END publicado em 2008, observa-se claramente o sucesso no objetivo da “Rede de Revitalização”. No plano de ações propostas pelo Ministério da Defesa, há o comprometimento entre as pastas da Fazenda; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Transportes; Planejamento Orçamento e Gestão; e Secretaria de Assuntos Estratégicos, em formular leis que regulamentam a compra de produtos de defesa junto às empresas nacionais, e um regime tributário especial para as empresas que fabricam produtos de defesa. Entre outras propostas a mudança da legislação referente à linha de crédito especial para produtos de defesa, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), similar à outras áreas consideradas prioritárias do governo como educação, saúde, moradia. Por último, uma mudança na legislação referente aos procedimentos e garantias de contratos de exportação de produtos de defesa de grande vulto.

Para uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento desse processo, é preciso, no entanto, observar alguns aspectos sobre a política econômica, durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2011). Antes mesmo de assumir a presidência, o então candidato do PT à presidência, lançou em 2002 a chamada “Carta aos Brasileiros”. Essa carta foi um compromisso assumido pelo futuro governo do Partido dos Trabalhadores em manter aspectos da política econômica de seu antecessor; honrar os compromissos assumidos com o FMI, mantendo o chamado tripé macroeconômico: composto pelo regime de câmbio flutuante; superávit primário, para pagamento dos juros da dívida; e o regime de metas de inflação; o compromisso do governo em manter uma inflação controlada, de acordo com os instrumentos disponíveis ao Banco Central, através da taxa de juros. Em suma, tal documento, representou um compromisso de continuidade da política econômica do governo FHC. Luiz Filgueiras,

resgata em um recente artigo publicado na Revista Margem Esquerda uma breve conceituação sobre a política econômica brasileira nos últimos 25 anos, de acordo com ele:

1. Governo Collor: fase de transição turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal – abertura comercial e financeira e início das privatizações. [...]. 2. Primeiro governo FHC: fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e o aprofundamento das reformas neoliberais e do processo de privatização na qual se amplia e consolida a hegemonia estrita do capital financeiro no interior do bloco no poder. O elemento central do regime de política macroeconômica é a chamada “âncora cambial”, com a valorização da moeda e o agravamento de déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país. [...] 3. Segundo governo FHC e primeiro governo Lula: marcado pelo fim da âncora cambial e adoção de uma nova política econômica, o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), com o fortalecimento do capital produtor-exportador de *commodities* (agronegócio e indústria extrativa mineral), que ampliou seu espaço no bloco no poder, por reduzir a instabilidade macroeconômica. [...] 4. Segundo governo Lula até hoje: ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado, que volta a ter um papel mais ativo e direto no processo econômico e na arbitragem dos interesses das distintas frações do capital. Em especial, o Estado, via o BNDES, financia o processo de centralização de capitais, fortalecendo os grandes grupos econômicos nacionais e promovendo sua internacionalização. (FILGUEIRAS, 2014, p. 36-37).

Contudo, a diferenciação entre o primeiro e o segundo mandato de Lula deve ser destacada, já que com o início da crise econômica de 2008, o governo adotou uma política definida como “anti-cíclica”, com destaque para o papel de centralização de capitais desempenhado pelo BNDES. Apesar do predomínio de políticas que beneficiam a fração financeira da burguesia, o que diferenciou a política econômica do governo Lula de seus antecessores, foi um incentivo, ainda que tímido no setor produtivo. Esse

incentivo vai ao encontro de interesse de outros atores, ou seja, as empresas de material bélico, congregadas na ABIMDE (Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança).

É possível levantar a hipótese, de que longe de representar uma política inédita, a diretriz central da END é uma adaptação de uma política mais ampla do governo ao setor da Defesa, na qual o Ministério da Defesa se torna um novo espaço para que empresas, algumas das quais grandes doadoras de campanha eleitoral, possam ter seus lucros garantidos através da transferência do fundo público para o privado.

Pouco tempo após sua publicação, é possível observar as ações do governo para sua concretização. Em 2009, por exemplo, o presidente Lula, junto do ministro da Defesa Nelson Jobim, anunciou a assinatura de um acordo comercial com a França, para adquirir navios, submarinos, helicópteros pesados; além da preferência de ambas as autoridades pelo caça de origem francesa Rafale – produzido pela empresa Dassault – concorrência do programa FX2³. O acordo totalizaria algo próximo de 9,8 bilhões de euros, e envolveria transferência de tecnologia, produção nacional e construção de um estaleiro.

Em outra frente, a Defesa foi contemplada com o principal programa de investimentos do governo Lula, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Com obras que envolvem a reforma de bases das três armas; construção de estaleiros para produção de submarinos; e investimento na pesquisa referente à criação de um motor de propulsão nuclear. Para o exército, valorizou o projeto de um veículo de transporte médio sobre rodas “Guarani”, e capitaneado pela Embraer, um projeto de um avião cargueiro de médio porte, o KC-390. Totalizando até 2013, um valor próximo de 14,5 bilhões de reais.

Dentro da “Rede de Revitalização”, cabe o destacar o papel de alguns de seus membros. O primeiro é aquele que quantitativamente mais ganhou com o segundo eixo da END, ou seja, as empresas do setor,

³ O programa FX2 é o processo de licitação para visando a compra de novos caças supersônicos para a Força Aérea brasileira. Ele tem início ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, no entanto sua complexidade, envolvendo inúmeros atores internacionais, fatores geopolíticos e elevado preço, fez com a licitação fosse cancelada, sem conclusão. O governo Lula retomará ela, com novos caças, mas novamente ela se prolongará e somente em 2013, próximo do fim do mandato de Dilma Rousseff é que o veredito será dado pela compra dos caças de origem sueca Gripen NG. Com a posterior assinatura de contrato entre o governo brasileiro e sueco em outubro de 2014.

reunidas na “Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa” (ABIMDE). A entidade é composta tanto pelas gigantes nacionais do setor como a Embraer, Condor e Taurus, como pelas gigantes transnacionais Boeing e Saab.

O lobby feito por setores desta burguesia industrial, em consonância a necessidade do governo de conquistar o apoio dos militares, mas também a necessidade do governo e das Forças Armadas em fortalecer a indústria nacional e desenvolver o país, confluem em um interesse comum, tornando possível que atores diferentes construam uma agenda.

Nessa linha de análise, seja por sua abrangência nacional, tanto no meio impresso, mas principalmente no televisivo, a imprensa maximiza a opinião pública, que em última instância pode pressionar ou cancelar, decisões governamentais de grande envergadura. É nesse sentido que nos aproximamos do objeto de nossa pesquisa, afinal são recursos enormes a serem vinculados a um setor cuja demanda ou exigência tem que ser defendida politicamente em uma sociedade muito desigual, com carências em muitas áreas. Essas decisões podem tanto ser de interesse da nação, como apenas de uma pequena parcela da sociedade. Cabe à imprensa um fundamental papel de disseminação ideológica.

A REVISTA *TECNOLOGIA & DEFESA*

A imprensa possui um papel fundamental na luta ideológica. Ela opera dentro de um imenso aparato de instituições, que dentro do Estado moderno, justifica e possibilita a hegemonia de uma classe sobre a outra e o controle do Estado, exercendo a função daquilo que Antonio Gramsci definiu como “aparelhos privados de hegemonia”. Carlos Nelson Coutinho, ao analisar a teoria do Estado ampliado no marxismo explica essa categoria de Gramsci da seguinte forma:

Mas, além dessa distinção funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por uma *materialidade (social) própria*: enquanto a ‘sociedade política’ tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos de Estado’, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos ‘privados’ de hegemonia’. Enquanto os primeiros como o nome indica, implicam um constrangimento do qual o governado não pode escapar (se suas determinações não

são cumpridas, isso tem como efeito uma sanção coercitivamente aplicada), os segundos são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade. (COUTINHO, 2008, p. 54-55).

Esse aspecto de “dimensão pública” dos aparelhos privados de hegemonia se torna mais manifesto no que diz respeito à imprensa: ela atinge milhares de leitores, ouvintes ou telespectadores, e chega a lugares onde mesmo o Estado encontra dificuldades (como o interior da floresta Amazônica). Como é um ente privado, ela vai agir de acordo com os interesses da classe que dela é proprietária. Através dos editoriais e colunas de opinião, os jornais expõem não só sua linha editorial, como replicam uma ideologia da qual são partidários, corroborada em sequência por reportagens, possibilitando incutir ideias em toda a população, mobilizando-a em situações específicas para defender seus interesses.

Nos momentos de maior acirramento da luta de classes – ainda anteriores a um processo revolucionário – o aspecto de manipulação ideológica da imprensa torna-se mais concreto. De forma correlata, o Sociólogo Francisco Fonseca, analisa um processo semelhante que ocorreu no Brasil no início da década de 1990. Com a pesquisa intitulada “O consenso forjado”, o autor demonstra o modo como a grande imprensa atuou para concretizar a hegemonia entre economistas e políticos da “agenda ultraliberal”. O caminho traçado por essa agenda não é um acontecimento único, basta apontar o papel da imprensa em grandes casos de corrupção, como o caso do impeachment do presidente Fernando Collor. É, portanto, um ente capaz de reconfigurar drasticamente as “relações de poder” internas, e analisar seus movimentos possibilita compreender alguns aspectos de mudanças estruturais, muito embora somente ela não crie um panorama total do objeto (FONSECA, 2005, p. 27-30).

Ao explicitar o modo como se apresenta o poder da imprensa, é possível retomar a compreensão da “Rede de Revitalização” e o papel que ela terá na END. A imprensa emerge ao lado dos empresários do setor como os integrantes de maior poder de persuasão; e por essa razão, esse projeto volta-se então na análise de uma das principais e mais antigas publicações que tem como tema as Forças Armadas e produtos de Defesa, a revista “Tecnologia & Defesa”.

A publicação enfrentou todos os ciclos vividos pela Indústria de Defesa Nacional, do seu auge entre 1983 e 1988, atravessando os anos de declínio na década de 1990, e a revitalização nos anos 2000. Voltada para o setor da Defesa, suas matérias relacionam novas tecnologias com a revitalização da indústria bélica do país, retratando um quadro positivo. A linha editorial centra-se em saudações às empresas do setor, com destaque para o papel da ABIMDE; cobrindo as ações do Ministério da Defesa; bem como acontecimentos conjunturais que tenham relação com o assunto.

O público ao qual se destina é amplo, sua circulação ocorre em bancas de jornal por todo o país, além do site da revista na internet, atingindo assim uma vasta parcela de civis e de empresários, além do meio militar. Suas seções apresentam a situação material dos batalhões, acontecimentos históricos, datas comemorativas de batalhas, mas principalmente a análise técnica de equipamentos que podem vir a ser adquiridos pelo Ministério para revitalizar as tropas. Numa leitura mais atenta em suas páginas, é possível observar um anúncio de um equipamento de uma empresa de material bélico, e poucas páginas depois, uma análise do mesmo equipamento anunciado enquanto matéria jornalística. Ela busca gerar a necessidade para a tropa daquele equipamento, sem perder de fundo que sua aquisição é essencial para a capacidade de defesa do país, atendendo às necessidades da END, e for produzido no país por empresas locais, ou possibilitando uma transferência de tecnologia, produzido em conjunto entre uma empresa transnacional e uma nacional.

Como resultado, é a ABIMDE que possui um amplo espaço nessa publicação. Há, uma coluna reservada em todas as edições para a Associação comunicar seus eventos, que contam com a presença de políticos, e oficiais das Forças Armadas. Na sequência, o presidente da entidade expõe sua opinião sobre o andamento da revitalização da indústria de defesa, criticando o governo quando este dificulta ou demora a

implantar algo como a Lei nº 12.598/12 que institui um regime especial de compras e contratações das empresas de defesa. Por hipótese a publicação opera como uma porta voz pública da “Rede de Revitalização”, financiada via anúncio publicitário por quem terá mais ganhos, e que tenta vender para seu público alvo não só os produtos, mas principalmente a ideia de que a defesa do país depende exclusivamente de sua capacidade própria de produzir armamentos. Um último fato que cabe destacar em relação à ABIMDE, é que muitos militares da reserva tornam-se assessores nas empresas que compõem a associação.

A finalidade da revista *tecnologia & defesa* é, portanto, construir um “consenso” entre toda a sociedade da necessidade de uma Política de Defesa nacional, como explicitada no projeto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Estratégia nacional de defesa*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de defesa nacional*. Brasília, 2005.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAGNINO, R. *A indústria de Defesa no Governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FILGUEIRAS, L. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo brasileiro. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n. 23, p. 32-38, 2014.
- FONSECA, F. C. P. da. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LENIN, V. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. Tradução Maria Elaine Andreotti. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUXEMBURG, R. O militarismo como domínio da acumulação de capital. In: LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital*. Tradução Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 89-98. v. 2. (Coleção Os economistas).
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, I. A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e auto reprodução destrutiva do capital. In: MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Sérgio Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 675-700.

ZAVERUCHA, J. A fragilidade do ministério da defesa brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-179, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200009>. Acesso em: 29 set. 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, P. R. da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976].
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Brasil: [s.n.], 1991. v. 1.
- ROUQUIÉ, A. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [19--].
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ZAVERUCHA, J. Ministério da defesa brasileiro: um poder virtual. *Strategic Evaluation: International Journal of Defense & Conflict Analysis*, Espanha, n. 1, p. 23-46, 2007.